

Por Eduardo Masulo (*)



Atualmente, grande parte dos noticiários nacionais apresentam diariamente matérias sobre a cidade maravilhosa - não sobre as belezas naturais que tanto encantam, mas sobre os indicadores de violência. Para se ter uma ideia, em 2021 foram registrados 4.653 tiroteios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou seja, uma média de 13 por dia, segundo dados do Instituto Fogo Cruzado.

Os níveis de violência assustam investidores e operadores logísticos e as organizações também sentem em seus resultados os impactos dessa violência. As áreas de segurança corporativas são acionadas ininterruptamente quando falamos em Rio de Janeiro. Muitos executivos sequer visitam as plantas localizadas em solo fluminense devido a receios pela própria integridade. Como resultado, muitas empresas desistiram de operar no Rio de Janeiro. Mas, será que deixar de operar na região é a melhor opção?

Perder o segundo Estado em movimentação do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro é o caminho? Com notórias deficiências e cerca de 1,5 mil territórios com "donos" e suas regras particulares, empreender ou fazer entregas nessas regiões com forte influência do crime organizado é para poucos.

Muitas empresas com frágeis estruturas de compliance se rendem, outras acabam deixando de fazer entregas ou mesmo fecham plantas que possuem localização em eixos viários estratégicos para operações logísticas. O Rio de Janeiro se tornou um campo minado, onde uma decisão mal tomada pode custar vidas.

Em determinadas regiões, as abordagens fazem parte do cotidiano. Caminhões precisam abrir seus baús para que os "donos do local" tenham certeza de que não serão emboscados por rivais. Comércio são extorquidos semanalmente sujeitos a severas penas em caso de não pagamentos, mas tendo um mapeamento e controles de sua operação, ou seja, um negócio blindado. A ausência do Estado com políticas públicas são alimentadores dos índices de violência, o sistema Judiciário, por sua vez, aplica medidas alternativas como tornozeleiras eletrônicas em casos de menor potencial ofensivo devido a presídios superlotados. Essa medida, mesmo que involuntariamente, passa uma mensagem de permissividade.

Diante desse cenário, nunca foi tão necessário ter controles eficazes, processos robustos para filtrar candidatos e evitar que problemas estejam dentro de casa. A disponibilização de treinamentos direciona ações e identifica potenciais ofensores, e o mapeamento contínuo aponta e pode ser utilizado para as ações de vendas com redução de riscos.

Com o desemprego ainda atingindo cerca de 12,4 milhões de brasileiros ou 11,6% da população, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e em meio a uma pandemia duradoura, os roubos de cargas de alimentos se tornaram uma alternativa de rápida lucratividade de facções criminosas, que conseguem escoar com velocidade as cargas a preços baixos e criam um efeito reverso neste segmento, pois, nessas regiões, o comércio acaba sendo abastecido através da ilicitude.

Por outro lado, os gestores são asfixiados por metas agressivas, que geram comportamentos de riscos. Em um cenário assim é fácil a contaminação de toda a operação logística, desde as mais altas camadas da gestão até à ponta da linha, com jeitinhos que ignoram os processos.

Mas as políticas de consequências precisam ser exercidas para um ambiente saudável, blindagem da marca e a proteção de pessoas e negócios. Quando não são utilizadas, o efeito é avassalador, bons funcionários perdem motivação e, quantos aos maus, esses não melhoram. A ausência da ética precisa ser combatida em todas as esferas de uma organização e da sociedade. Canais de denúncia devem fazer parte da estrutura das instituições e o compliance deve ser divulgado, treinado e disseminado. Um ambiente saudável é um impulsionador da produtividade.

Ainda há um longo trabalho de correções internas. Porém, os resultados incríveis e sólidos necessitam sair das zonas de confortos e a ética não pode ser tratada conforme conveniência,

assim como nenhuma meta deve ter maior importância em prejuízo da ética.

(*) **Eduardo Masulo** é consultor sênior na ICTS Security, empresa de origem israelense que atua com consultoria e gerenciamento de operações em segurança.

Fonte: IMAGE, em 10.03.2022